ASSOCIAÇÃO PARA A GESTÃO COLETIVA DE DIREITOS DE AUTOR E DE PRODUTORES CINEMATOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS

Relatório
e Contas de
2017

Relatório da Direção

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Anexo

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Relatório de Auditoria

Relatório

da Direção

1

RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Caros Associados,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, vem a direção da GEDIPE – Associação para a Gestão de Direitos de Autor, Produtores e Editores, submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Em 2017, a evolução da atividade económica em Portugal, traduziu-se num diferencial positivo de crescimento face à área do euro, com a comissão europeia a rever em alta os principais indicadores (PIB, consumo, défice, desemprego), interrompendo, desta forma, um longo período de diferenciais médios anuais negativos observados entre 2000 e 2016.

Assim em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 2,6% em volume, sendo que deverá desacelerar para 2,3% em 2018. O contributo da procura interna para a variação anual do PIB aumentou, situando-se em 2,2% em 2017 (2,1% em 2016).

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

Principais indicadores económicos (%)

	2013	2014	2015	2016	2017 (a)	2018 (a)
Produto interno bruto (PIB)	-1,1	0,9	1,6	1,5	2,6	2,3
Consumo privado	-1,2	2,2	2,6	2,1	2,2	2,1
Consumo público	-2,0	-0,5	0,8	0,6	0,1	0,6
Défice (% do PIB)	-4,8	-7,2	-4,4	-2,1	-1,4	-1,0
Taxa de desemprego	16,2	13,9	12,4	11,1	8,9	7,8
Taxa de inflação (IHPC)	0,4	-0,3	0,5	0,6	1,6	1,5

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat
Notas: (a) Previsões OCDE e Banco de Portugal (dez/2017)

A taxa de desemprego anual prevê-se que se situe nos 8,9%, o que se traduz em cerca de 460 mil pessoas desempregadas. Em relação ao ano anterior é de realçar que a taxa de desemprego se fixou em 11,1%, e recorde-se que a taxa de desemprego em 2015 era de 12,4%.

Entre os estados-membros, em 2017, Portugal situou-se abaixo da taxa de desemprego na zona euro, sendo que as mais altas são a de Espanha (17,7%) e da Grécia (22%), enquanto Alemanha (4,1%) e Malta (4,9%) apresentam as taxas mais baixas. Na zona Euro, a taxa de desemprego desceu para 9,6% enquanto na União Europeia desceu para 8,1%.

A economia portuguesa apresenta um crescimento de 2,6% em 2017, um crescimento bastante positivo em comparação com 2016 (1,5% em 2016). Para 2018, a Comissão Europeia prevê uma desaceleração do PIB, positivo em 2,3%, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):

Fontes: Ministério das Finanças e Comissão Europeia
Notas: (a) Previsões OCDE

Segundo as previsões económicas a expansão do PIB deverá manter-se nos próximos anos, no entanto, superior ao projetado para a zona euro, devido ao crescimento das exportações e do investimento. Em termos médios anuais a Comissão Europeia espera uma evolução do PIB da zona euro para 2,6% e 2,3% em 2017 e 2018, respetivamente.

Em Espanha, de acordo com o *Instituto Nacional de Estatística*, o PIB registou uma taxa de 2,3% positivos no ano de 2017, tendo previsto uma taxa de 2,1% positivos para 2018.

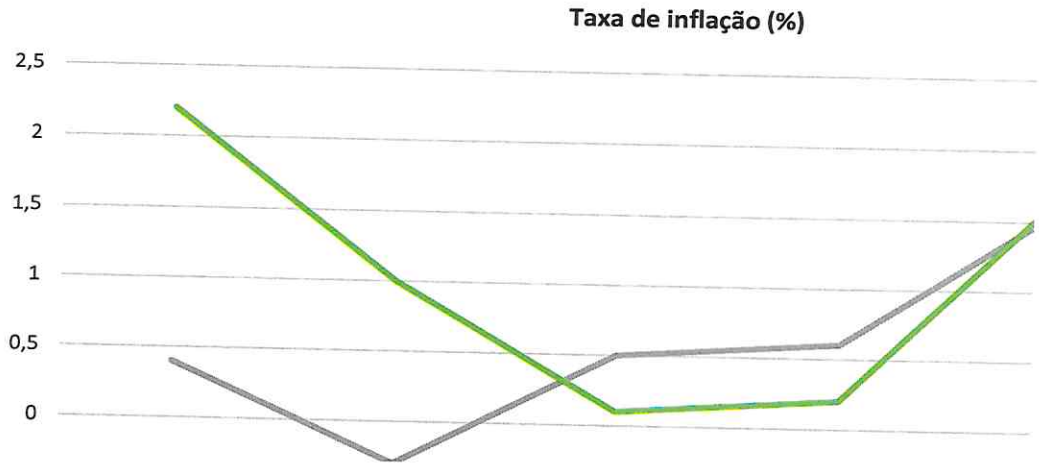
A crise política na Catalunha constitui um risco descendente relevante para a economia portuguesa, atendendo ao peso de Espanha nas relações internacionais de Portugal e a eventuais repercussões a nível europeu. A possibilidade de um menor crescimento das importações espanholas traduz-se numa redução do crescimento do indicador de procura externa dirigida aos produtores nacionais.

O BCE decidiu baixar as taxas de juro oficiais, pelo que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento baixou para 0,0%. De acordo com essa entidade, as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo, e as condições monetárias, nomeadamente ao nível do crédito, deverão permanecer contidas.

No que diz respeito aos EUA, a Reserva Federal norte-americana (Fed) aumentou a taxa de juro de referência entre os 1,25% e 1,5% ao ano.

A taxa de inflação em 2017, divulgada pelo INE, está prevista fixar-se nos 1,6%. Em 2016, o valor final da inflação tinha sido 0,6%.

A Eurostat divulgou que a taxa de inflação anual da zona euro, relativamente a 2017, foi de 1,7%, enquanto na UE aumentou para 1,8%. O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



Fontes: Instituto Nacional de Estatística e Comissão Europeia
Notas: (a) Previsões

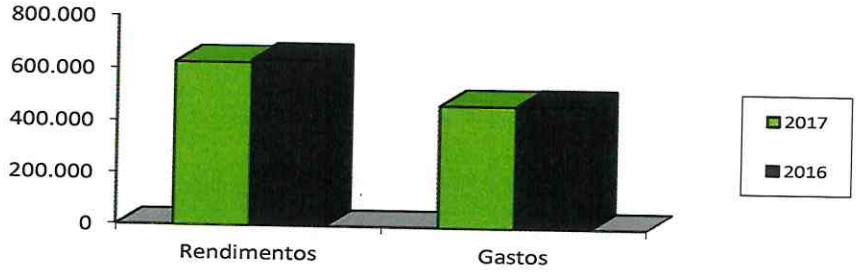
As projeções para a economia portuguesa apontam para a continuação da recuperação gradual da atividade económica, com um ritmo médio de crescimento superior ao projetado para a área euro. O crescimento deverá ser assente no aumento das exportações, a par de uma recuperação da procura interna.

De salientar que o Turismo em Portugal já corresponde a 7% da economia nacional, tendo gerado 11,5 mil milhões de euros.

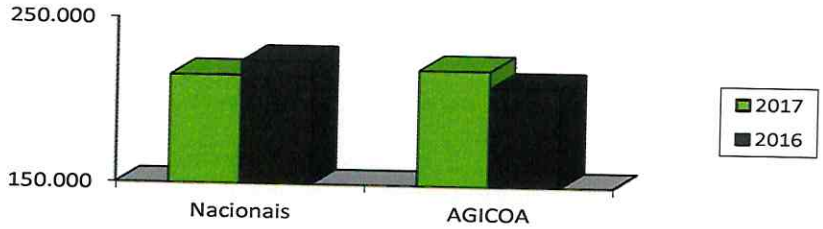
Apesar de ter alcançado progressos assinaláveis na correção dos desequilíbrios macroeconómicos, Portugal deverá prosseguir o processo de ajustamento em curso, com aumentos sustentáveis do consumo, com um crescimento do investimento que assegure a renovação do capital e com níveis de endividamento progressivamente menores.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2017

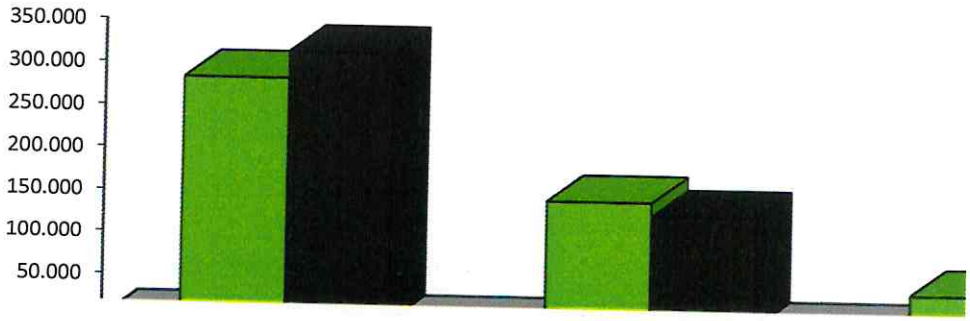
Os gastos e os rendimentos operacionais apresentam a seguinte evolução (valores em euros):



Ao nível dos rendimentos estes decorrem das quotizações (AGICOA), comissões de gestão, serviços administrativos e de proveitos de verbas de direitos conexos no âmbito do projeto de cobrança de direitos conexos de comunicação pública audiovisual, conforme gráfico comparativo que se apresenta (valores em euros):



No que respeita aos gastos operacionais estes decorrem, fundamentalmente, de fornecimentos e serviços e gastos com o pessoal, conforme gráfico comparativo que se apresenta (valores em euros):



Os direitos de retransmissão, com referência a 31 de dezembro de 2017, debitados, distribuídos e afetos ao fundo cultural são os seguintes (valores em euros):

Descrição	31-12-2016	Exercício de 2017	31-12-2017
Debitados	36.765.377	4.405.730	41.171.107
Distribuídos	28.957.616	3.927.320	32.884.936
Fundo cultural (5% do total debitado)	1.838.269	220.287	2.058.555

Os direitos de retransmissão debitados até 31 de dezembro de 2017 ascenderam a 41.171.107 euros. Os direitos de retransmissão correspondentes ao exercício ascenderam a 4.405.730 euros.

No presente exercício foram distribuídos direitos de retransmissão por cabo, no valor de 3.927.320. O valor total dos direitos de retransmissão distribuídos até 31 de dezembro de 2017 ascendeu a 32.884.936 euros.

Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto, a quantia correspondente a 5% do valor dos direitos debitados relativos retransmissão por cabo ou similares (2.058.555 euros) foi transferida para o fundo social e cultural. Nos termos da legislação referenciada tais quantias apenas podem ser utilizadas em atividade sociais, formação, culturais e outras, estando a ser geridas em contas bancárias individualizadas.

No presente exercício foram distribuídos direitos de cópia privada, no valor de 470.109 euros, respeitando 323.248 euros aos titulares nacionais e 146.860 euros aos titulares internacionais. O valor total dos direitos distribuídos até 31 de dezembro de 2017 ascendeu a 3.538.339 euros.

De salientar ainda, a distribuição acumulada da reserva do fundo cultural dos direitos de cópia privada, cujo valor até 31 de dezembro de 2017 ascendeu a 696.738 euros. No exercício ascendeu a 15.751 euros.

Relativamente aos direitos de comunicação pública foi debitado um total acumulado 4.603.456 euros.

No que respeita, ao montante consignado pela AGECOP para afetação a projetos elegíveis do fundo cultural, o valor disponibilizado por utilizar, em 31 de dezembro de 2017, ascendia a 566.718 euros, quantia de constava dos depósitos bancários da associação. No exercício foi utilizada e objeto de prestação de contas a quantia a 13.258 euros.

Os rendimentos acumulados das aplicações financeiras a 31 de dezembro ascendem a 1.755.607 euros, com a seguinte decomposição (valores em euros):

Descrição	31-12-2016	2017	31-12-2017
Retransmissão por cabo - Fiduciária	877.052	384.804	1.261.856
Retransmissão por cabo - F. Cultural	116.374	63.028	179.402
Cópia Privada - Fiduciária	214.079	17.271	231.350
Cópia Privada – Fundo Cultural	47.047	10.870	57.917
Cópia Privada – F. Cultural Agecop	16.447	-	16.447
Fiduciária – Direitos Conexos	6.683	1.952	8.635
	1.277.682	**477.925**	**1.755.607**

Em matéria de tesouraria foram concretizados os seguintes recebimentos e pagamentos (valores em euros):

Saldo inicial	356.008
Recebimentos	973.000
Pagamentos	759.989
Saldo final	569.019

INVESTIMENTOS

No exercício foram concretizados investimentos em softwares (3.149 euros) e outros equipamentos administrativos (1.446 euros).

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido do exercício foi positivo em 117.379 euros.

3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

4. PERSPETIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018

Tendo presente o orçamento de exploração para 2018, os proveitos estimados ascendem a 501.409 euros, ou seja, um volume de atividade ligeiramente inferior ao verificado em 2017.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social ou perante o Estado.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se a transferência do resultado líquido do exercício, no valor de 117.379,12 euros (cento dezassete mil trezentos e setenta e nove euros e doze cêntimos) para Resultados transitados.

Lisboa, 14 de maio de 2018

DIREÇÃO

Balanço

2

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3 886,88	12 933,26
Ativos intangíveis	6	0,00	0,01
Outros instrumentos financeiros		1 355,74	1 028,26
		5 242,62	13 961,53
Ativo corrente			
Clientes	7	1 530 859,72	1 317 799,48
Estado e outros entes públicos	8	236 228,12	287 184,28
Outros créditos a receber	7	217 040,56	228 204,18
Caixa e depósitos bancários	4	13 095 479,77	11 343 851,69
		15 079 608,17	13 177 039,63
Total do ativo		15 084 850,79	13 191 001,16
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Resultados transitados	9	387 881,34	265 324,95
		387 881,34	265 324,95
Resultado líquido do período	9	117 379,12	122 556,39
Total do capital próprio		505 260,46	387 881,34
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10	2 906,08	8 435,96
Outras dívidas a pagar	11	10 883 431,72	9 052 727,65
		10 886 337,80	9 061 163,61
Passivo corrente			
Fornecedores	11	2 886,50	2 952,00
Estado e outros entes públicos	8	104 641,54	162 443,50
Financiamentos obtidos	10	5 376,02	4 852,92
Outras dívidas a pagar	11	3 525 348,47	3 526 707,79
Diferimentos		55 000,00	45 000,00
Total do passivo		3 693 252,53	3 741 956,21
Total do capital próprio e do passivo		14 579 590,33	12 803 119,82
		15 084 850,79	13 191 001,16

Direção

Ana Susana Gato Ribeiro

Contabilista Certificado

Ana Sofia Ornelhas

Demonstração dos Resultados por Naturezas

3

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	12	624 910,48	635 291,10
Fornecimentos e serviços externos	13	-283 603,90	-314 704,09
Gastos com o pessoal	14	-145 156,24	-129 881,19
Outros rendimentos	12	820,83	1 950,12
Outros gastos	15	-40 909,24	-28 274,94
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		156 061,93	164 381,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-13 640,92	-12 631,69
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		142 421,01	151 749,31
Juros e gastos similares suportados		-629,40	-895,59
Resultado antes de impostos		141 791,61	150 853,72
Imposto sobre o rendimento do período	8	-24 412,49	-28 297,33
Resultado líquido do período		117 379,12	122 556,39

Direção

Ana Susana Gato Ribeiro

Contabilista Certificado

Ana Sylvia Coelho

Demonstração dos Fluxos de Caixa

4

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Quotas de associados		207 500,00	207 500,00
Comissões de gestão e outros serviços		404 636,66	176 371,58
Recebimentos de direitos		7 358 406,14	7 790 561,85
Pagamentos de direitos		-5 816 214,65	-6 231 852,23
Pagamentos a fornecedores		-316 405,45	-366 156,22
Pagamentos ao pessoal		-145 825,55	-130 829,98
Caixa gerada pelas operações		1 692 097,15	1 445 595,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-30 819,49	-35 382,63
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		101 671,75	-253 255,98
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 762 949,41	1 156 956,39
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-5 357,67	0,00
Outros ativos		-327,48	-346,92
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-5 685,15	-346,92
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-629,40	-895,59
Outras operações de financiamento		-5 006,78	-4 652,72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-5 636,18	-5 548,31
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 751 628,08	1 151 061,16
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	11 343 851,69	10 192 790,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	13 095 479,77	11 343 851,69

Direção

Ana Susana Gato Ribeiro

Contabilista Certificado

Ana Sofia Orlhas

Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios

5

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2016

EURO

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuido aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
			Capital subscrito	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2016	1	9	0,00	163 281,39	102 043,56	265 324,95	0,00	265 324,95
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização de excedentes de revalorização								
Excedentes de revalorização								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
	2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	3				122 556,39	122 556,39	0,00	122 556,39
Resultado integral	4=2+3				122 556,39	122 556,39	0,00	122 556,39
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas				102 043,56	-102 043,56	0,00	0,00	0,00
Outras operações								
	5		0,00	102 043,56	-102 043,56	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2016	6=1+2+3+5	9	0,00	265 324,95	122 556,39	387 881,34	0,00	387 881,34

Direção

Ana Susana Gato Ribeiro

Contabilista Certificado

Ana Sofia Orelha

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2017

EURO

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuido aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
			Capital realizado	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2017	6	9	0,00	265 324,95	122 556,39	387 881,34	0,00	387 881,34
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização de excedentes de revalorização								
Excedentes de revalorização								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8				117 379,12	117 379,12	0,00	117 379,12
Resultado integral	9=7+8				117 379,12	117 379,12	0,00	117 379,12
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas				122 556,39	-122 556,39	0,00		0,00
Outras operações								
	10		0,00	122 556,39	-122 556,39	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2017	11=6+7+8+10	9	0,00	387 881,34	117 379,12	505 260,46	0,00	505 260,46

Direção

Ana Susana Gato Ribeiro

Contabilista Certificado

Ana Sofia Chelhas

Anexo

6

ANEXO

Exercício de 2017

1. **Identificação da entidade:**

1 – Designação da entidade:	GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
2 – Sede:	Avenida Estados Unidos da América, 51, 4º Esq., freguesia de Alvalade, em Lisboa
3 – Natureza da atividade:	Gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos em relação aos produtos audiovisuais produzidos e editados pelos autores, produtores e editores seus representados.

A Associação está legalmente constituída e registada na IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais como Sociedade de Gestão Coletiva sob o número noventa e seis, folha quarenta e sete, e encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 504 229 290.

A GEDIPE no âmbito do seu objeto e em conformidade com a Lei das Sociedades de gestão Coletiva procede à emissão de débitos de direitos conexos de retransmissão aos operadores de televisão por cabo, de cópia privada e de direitos de comunicação pública audiovisual.

O orçamento da GEDIPE é suportado por quotizações (AGICOA), comissões de gestão, serviços administrativos e de proveitos de verbas de direitos conexos no âmbito do projeto de cobrança de direitos conexos de comunicação pública audiovisual.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2017.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado em 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009.

2.2 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras da associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A direção optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes:

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios e outras construções	10 anos
Equipamento administrativo	3-10 anos

Ativos intangíveis

Os ativos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, sendo apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Reconhecimento dos direitos e ganhos associados

Os direitos de retransmissão e os direitos de cópia privada cobrados e os ganhos associados, nomeadamente os decorrentes das aplicações de capitais, são reconhecidos em contas a pagar para distribuição aos seus titulares. De referir, que 5% do valor dos direitos de retransmissão e 20% dos direitos de cópia privada debitados estão afetos ao fundo cultural, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 83/2001, de 3 de agosto.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, é reconhecido com referência à sua prestação.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, que incide sobre as comissões de gestão, serviços administrativos e prestações de serviços, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

3.3 – Juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras:

Não foram efetuados juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

A Associação encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.

A Associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Associação e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Associação o resultado, reportado pela Associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Impostos sobre os lucros

A Associação encontra-se isenta de pagamento do IRC na sua atividade associativa e sem fins lucrativos e sujeita ao pagamento de IRC sobre as comissões de gestão, serviços administrativos e prestações de serviços. O pagamento do imposto sobre o rendimento é efetuado com base no pró-rata entre estas duas vertentes e de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Associação, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Direção de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2017	2016
Numerário	0,00	0,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Orçamento Exploração	569.018,86	356.007,59
Retransmissão por cabo - Fiduciária	6.636.969,24	6.121.078,98
Retransmissão por cabo - Fundo cultural	666.889,50	610.722,31
Cópia Privada – Fiduciária	2.572.868,26	1.719.276,21
Cópia Privada - Fundo Cultural	254.190,11	197.767,26
AGECOP-Fundo cultural cópia privada	566.717,63	216.235,89
Direitos de Comum. Pública - Fiduciária	1.528.480,23	1.682.100,84
Direitos de comunicação pública-Distribuição	234.730,13	425.000,00
Dtos aluguer e comodato	1.712,40	1.728,00
Imposto / IVA	13.918,24	13.933,84
Direitos de Comum. Pública - Fundo Cultural	49.985,17	0,77
Caixa e seus equivalentes	**13.095.479,77**	**11.343.851,69**
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	**13.095.479,77**	**11.343.851,69**
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	**0,00**	**0,00**

5. Ativos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis:

Exercício de 2017

Movimentos	Rubricas				Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo inicial:					
Valor de aquisição	43.372,27	29.200,00	19.631,47	0,00	92.203,74
Depreciação acumulada	-38.529,97	-21.900,00	-18.840,51	0,00	-79.270,48
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	**4.842,30**	**7.300,00**	**790,96**	**0,00**	**12.933,26**
Movimentos do ano:					
Aquisições	0,00	0,00	3.149,00	1.445,53	4.594,53
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-4.211,28	-7.300,00	-1.840,52	-289,11	-13.640,91
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	**-4.211,28**	**-7.300,00**	**1.308,48**	**1.156,42**	**-9.046,38**
Saldo final:					
Valor de aquisição	43.372,27	29.200,00	22.780,47	1.445,53	96.798,27
Depreciação acumulada	-42.741,25	-29.200,00	-20.681,03	-289,11	-92.911,39
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	**631,02**	**0,00**	**2.099,44**	**1.156,42**	**3.886,88**

Exercício de 2016

Movimentos	Rubricas			Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	43.372,27	29.200,00	19.631,47	92.203,74
Depreciação acumulada	-34.318,66	-14.600,00	-17.720,13	-66.638,79
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	**9.053,61**	**14.600,00**	**1.911,34**	**25.564,95**
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-4.211,31	-7.300,00	-1.120,38	-12.631,69
Reg. da depreciação acumulada das alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	**-4.211,31**	**-7.300,00**	**-1.120,38**	**-12.631,69**
Saldo final:				
Valor de aquisição	43.372,27	29.200,00	19.631,47	92.203,74
Depreciação acumulada	-38.529,97	-21.900,00	-18.840,51	-79.270,48
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	**4.842,30**	**7.300,00**	**790,96**	**12.933,26**

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de ativos fixos tangíveis.

6. Ativos intangíveis:

6.1 – Divulgações por cada classe de ativos intangíveis:

Exercício de 2017

Movimentos	Rubricas		Total
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	
Saldo inicial:			
Valor de aquisição	4.000,00	0,00	4.000,00
Depreciação acumulada	-3.999,99	0,00	-3.999,99
Valor líquido inicial	**1.333,34**	**0,00**	**1.333,34**
Movimentos do ano:			
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-0,01	0,00	-0,01
Total de movimentos	**-0,01**	**0,00**	**-0,01**
Saldo final:			
Valor de aquisição	4.000,00	0,00	4.000,00
Depreciação acumulada	-4.000,00	0,00	-3.999,99
Valor líquido final	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Exercício de 2016

Movimentos	Rubricas		Total
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	
Saldo inicial:			
Valor de aquisição	4.000,00	0,00	4.000,00
Depreciação acumulada	-3.999,99	0,00	-3.999,99
Valor líquido inicial	**1.333,34**	**0,00**	**1.333,34**
Movimentos do ano:			
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Saldo final:			
Valor de aquisição	4.000,00	0,00	4.000,00
Depreciação acumulada	-3.999,99	0,00	-3.999,99
Valor líquido final	**0,01**	**0,00**	**0,01**

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 3 anos.

7. Clientes e outros créditos a receber:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de clientes apresenta-se como segue:

Natureza		2017	2016
Clientes conta corrente		1.530.859,72	1.317.799,48
Clientes de cobrança duvidosa		0,00	969,53
	Total bruto	**1.530.859,72**	**1.318.769,01**
Perdas por imparidade acumuladas		0,00	-969,53
	Total líquido	**1.530.859,72**	**1.317.799,48**

A exposição da Associação ao risco de crédito é atribuível aos créditos a receber da sua atividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Associação de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Associação entende que o valor contabilístico dos outros créditos a receber é próximo do seu justo valor.

A 31 de dezembro 2017 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

O detalhe dos outros créditos a receber apresenta-se como segue:

Natureza	2017	2016
Acréscimos de rendimentos	215.648,81	224.439,08
Outros devedores	1.391,75	3.765,10
Total	**217.040,56**	**228.204,18**

8. Estado e outros entes públicos:

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	2017		2016	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento	0,00	6.340,49	0,00	13.285,33
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	95.580,96	0,00	146.618,46
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	236.228,12	0,00	287.184,28	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	2.720,09	0,00	2.539,71
Total	**236.228,12**	**104.641,54**	**287.184,28**	**162.443,50**

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Associação entende que as correções resultantes de revisões, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017. Não foram reconhecidos outros impostos diferidos ativos ou passivos, dado que não existem situações que levem à sua contabilização.

9. Capital Próprio:

A variação ocorrida, nos anos de 2016 e 2017, no Capital próprio encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações no Capital Próprio.

10. Financiamentos obtidos:

Os financiamentos obtidos respeitam às seguintes dívidas:

Tipo de financiamento obtido	Passivo não corrente	Passivo corrente	Total
Locações financeiras	2.906,08	5.376,02	8.282,10

10.1 – Informação a prestar referente a locações financeiras (locatários):

Categoria de ativo	Valor líquido	Divisão temporal		
		Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano e inferior a 5 anos	Superior a 5 anos
Citroen C5 (61-OF-27)	0,00	5.376,02	2.906,08	0,00

De salientar que não existem rendas contingentes reconhecidas.

11. Fornecedores e outras dividas a pagar:

11.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2017	2016
Fornecedores conta corrente	2.886,50	2.952,00

A rubrica de outras dívidas a pagar apresenta-se como segue:

Natureza	2017	2016
Credores por acréscimos de gastos	19.683,50	18.460,50
	19.683,50	**18.460,50**
Outros credores:		
Direitos a pagar	0,00	0,00
Fundo Cultural	-2.643.633,21	-2.357.180,38
Direitos cobrados	54.189.982,26	46.734.535,32
Direitos pagos	-38.948.048,15	-33.131.833,50
Rendimentos de aplicações financeiras	1.755.606,50	1.277.681,89
Juros de depósitos à ordem	29.524,32	29.524,32
Outros	5.664,97	8.247,29
	14.389.096,69	**12.560.974,94**
Total	**14.408.780,19**	**12.579.435,44**

As outras dívidas a pagar constantes do passivo não corrente ascendem a 10.883.431,72 euros e do passivo corrente a 3.525.348,47 euros.

12. Rédito:

12.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido com referência à sua prestação.

12.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2017	2016
Prestações de serviços:		
Serviços	624.910,48	635.291,10
Descontos e abatimentos	0,00	0,00
Total de prestações de serviços	**624.910,48**	**635.291,10**
Outros rendimentos:		
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	268,00
Outros	820,83	1.682,12
Total de outros rendimentos	**820,83**	**1.950,12**

13. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2017	2016
Trabalhos especializados	122.685,50	156.690,61
Honorários	91.920,00	95.388,00
Rendas e alugueres	22.082,58	17.762,52
Artigos para oferta	9.280,00	8.955,00
Deslocações e estadas	8.274,84	3.281,28
Comunicação	6.713,44	5.867,37
Despesas de representação	5.086,72	8.031,74
Combustíveis	5.009,39	4.775,51
Material de escritório	3.949,40	6.243,38
Diversos	8.602,03	7.708,68
Total	**283.603,90**	**314.704,09**

14. Gastos com o pessoal:

Os gastos com o pessoal apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2017	2016
Remunerações	119.204,87	106.284,41
Encargos sobre remunerações	23.345,95	21.154,48
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2.097,63	2.005,73
Outros gastos com o pessoal	507,79	436,57
Total	**145.156,24**	**129.881,19**

Durante o exercício de 2017, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 5 funcionários.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

15. Outros gastos e perdas:

A rubrica de outros gastos e perdas apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2017	2016
Outros gastos:		
Impostos	40.333,15	23.118,87
Correções relativas a exercícios anteriores	0,09	3.619,77
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00	1.309,31
Diversos	576,00	226,99
Total de outros gastos:	**40.909,24**	**28.274,94**
Gastos e perdas de financiamento:		
Juros suportados	629,40	895,59
Total de gastos e perdas de financiamento	**629,40**	**895,59**

16. Acontecimentos após a data do balanço:

16.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

As associadas detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

16.2 – Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

17. Menções exigidas por diplomas legais

A Sociedade de Revisores Oficias de Contas debitou-nos durante o exercício de 2017 o valor de 5.904 € (IVA incluído) referente a Revisão de Contas e 1.230 € (IVA incluído) referente a Parecer sobre Relatório de Transparência do exercício de 2016, não nos tendo sido debitados quaisquer outros valores.

Em 31 de dezembro de 2017 não existem dívidas à autoridade tributária nem à segurança social em situação de mora.

Direção

Contabilista Certificado

Certificação Legal das Contas

7

Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Contribuinte nº. 505 348 900

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 15.084.851 euros e um total de capital próprio de 505.260 euros, com um resultado líquido de 117.379 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

Rua Professor Henrique de Barros, nº 4 – 10ºC 2685-338 Prior Velho - Tel. 21 9403772 Fax. 21 9403779
E-mail: mcemp.sroc@mail.telepac.pt
Sociedade Civil, registada na Lista das S.R.O.C., sob o nº 174 - Capital Social 5.000 €, totalmente realizado

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou,

Rua Professor Henrique de Barros, nº 4 – 10ºC 2685-338 Prior Velho - Tel. 21 9403772 Fax. 21 9403779
E-mail: mcemp.sroc@mail.telepac.pt
Sociedade Civil, registada na Lista das S.R.O.C., sob o nº 174 - Capital Social 5.000 €, totalmente realizado

caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Prior Velho, 17 de Maio de 2018

Manuel Neta Pinheiro, em representação de

Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Relatório e Parecer do Fiscal Único

8

GEDIPE

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Associados,

Em cumprimento da lei e dos estatutos, apresentamos Relatório da nossa Actividade e Parecer sobre o Relatório e Contas apresentados pela Direcção da GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Acompanhámos a actividade da Associação, e obtivémos os esclarecimentos e informações indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

No final do exercício, analisámos os documentos apresentados pela Direcção, designadamente o Relatório, o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitiu a adequada Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos e que deve considerar-se parte integrante deste Relatório.

Em resultado dos exames efectuados, é nossa convicção que o Relatório da Direcção é suficientemente esclarecedor da situação e actividade da Associação e que as Demonstrações Financeiras satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais

Av. Estados Unidos da América, nº 51-4º Esq. – 1700-165 Lisboa «» Contribuinte: 504.229.290
tel: (+351) 218 400 187/8 «» fax: (+351) 218 400 189 «» e-mail: info@gedipe.org «» web: www.gedipe.org

GEDIPE

Baseados nas informações e explicações recebidas da Direcção e dos Serviços e tendo em consideração a análise e verificações efectuadas, somos de parecer que:

a) Que sejam aprovados o Relatório e as Contas apresentadas pela Direcção;

b) Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direcção.

Por último, pretendemos expressar à Direcção e aos Serviços da Associação, o nosso reconhecimento pela disponibilidade e colaboração manifestadas.

Lisboa, 17 de Maio de 2018

Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC
representada por Manuel Neta Pinheiro

Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais

Av. Estados Unidos da América, nº 51-4º Esq. – 1700-165 Lisboa «» Contribuinte: 504.229.290
tel: (+351) 218 400 187/8 «» fax: (+351) 218 400 189 «» e-mail: info@gedipe.org «» web: www.gedipe.org

Relatório

do Auditoria

9

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidenciam um total de ativos de 15.084.851 euros e um capital próprio de 505.260 euros, incluindo um resultado líquido de 117.379 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 16 de maio de 2018

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085